

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL N° 041**

Período: de 13/07/02 a 19/07/02

Franca – Brasil

- 1 – Seguem as repercussões do arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo
- 2 - Governo tenta amenizar crise financeira nas Forças Armadas
- 3 - Aeronáutica prepara relatório final sobre compra de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB)
- 4 - Força-tarefa no Rio de Janeiro ainda não saiu do papel
- 5 - Comissão da Anistia indeniza mais 78 pessoas e vai agilizar análise dos processos

Seguem as repercussões do arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo

Na noite do dia 11, o presidente Fernando Henrique afirmou em reunião com a cúpula do Ministério da Justiça e representantes de entidades de direitos humanos que se aprovasse a intervenção no Estado do Espírito Santo seria “linchado” e “entraria para a História como um ditador”, pois o momento eleitoral torna tal medida inadequada e inoportuna. O presidente justificou que a intervenção poderia alastrar-se para outros lugares, já que o crime organizado “está espalhado” por vários segmentos do país. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Orlando Fantazzini respondeu que somente no Espírito Santo é que o crime organizado encontra-se infiltrado no poder público. Visando reverter a crise causada pelo recuo na intervenção no Estado do Espírito Santo, o governo federal acatou todas as reivindicações feitas pelas entidades de direitos humanos e por partidos de oposição. Na última sexta-feira (12), anunciou um pacote de medidas para combater o crime organizado no Estado: essa força-tarefa terá duração de 90 dias; serão enviados para o Estado 50 agentes da Polícia Federal (PF), além de cinco delegados e dois peritos criminais instruídos para trabalhar em parceria com a Polícia Rodoviária, o Banco Central, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A ação será coordenada pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Celso Campilongo. Além disso, uma lista confeccionada por entidades ligadas aos direitos humanos com os nomes de pessoas que serão incluídas no Serviço de Proteção à Testemunha será enviada ao Ministério da Justiça. Outras medidas a ser tomadas são: revisão de inquéritos arquivados pela Polícia Civil, abertura de inquéritos pela Polícia Federal dos casos citados no Relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e varredura dos telefones de autoridades e ativistas de direitos humanos para detectar possíveis grampos. O Ministério Público também deverá participar da ação. O coordenador da força-tarefa, Getúlio Bezerra, entregou neste dia 15 ao diretor interino da Polícia Federal em Brasília, Armando Possa, o relatório para o Programa Nacional da Força-Tarefa. O plano será apresentado ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro. As principais ações serão feitas na repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando de armas em portos, aeroportos e fronteiras, além do transporte de drogas pelos Correios. As áreas produtoras de drogas nas fronteiras do Norte e Centro-Oeste do país e nos

Estados do Nordeste onde há plantações de maconha serão fiscalizadas. A maioria das atividades para repressão do tráfico será feita fora das divisas do Rio de Janeiro e contarão com serviços de inteligência. As rotas por onde a droga entra na fronteira do Brasil com a Colômbia, Bolívia, Peru e Paraguai também estarão na mira da força-tarefa. As diretrizes do programa serão apresentadas aos Núcleos de Coordenação e Planejamento Estratégico (Nucope), dentre as quais estão o gerenciamento das ações, o patrulhamento, a abertura de contêineres e a participação de unidades operacionais para conhecer a ação de traficantes e produtores de drogas. No mesmo dia 15, o presidente Fernando Henrique recebeu em reunião o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado. Uma das pautas do encontro refere-se ao arquivamento do pedido de intervenção no Espírito Santo. Approbato foi quem encaminhou o primeiro pedido de intervenção, ao então Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr; em retaliação ao arquivamento, Approbato chegou a afirmar que a OAB e outros organismos que integram o CDDPH não participariam das reuniões do órgão, ligado ao Ministério da Justiça, até o fim do mandato de FHC. Approbato exigiu que o governo apresente, em 30 dias, um relatório com ações concretas da força-tarefa. O advogado-geral da União, ministro José Bonifácio de Andrada, negou que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, tenha mandado arquivar o pedido de intervenção federal por “determinação” do presidente Fernando Henrique. De acordo com Andrada, o “recuo” do chefe do Ministério Público Federal não está sendo corretamente avaliado pela opinião pública, pois de acordo com a Constituição, essa medida só pode ser administrada com unanimidade dos Três Poderes e do Ministério Público Federal. O processo de intervenção é bastante complexo, e não é suficiente que o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos aprove o seu início. A força-tarefa começou a operar no dia 16 no Espírito Santo, segundo anúncio do presidente Fernando Henrique em reunião realizada no dia anterior com Rubens Approbato, o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro e o Secretário Geral dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro. A idéia é que a Polícia Federal assuma as investigações de crimes de grande repercussão e que tenham ligação com o crime organizado, portanto, não haverá invasão a competências alheias, segundo o Ministro da Justiça. Os 50 agentes da Polícia Federal, além da Polícia Rodoviária Federal e do Ministério Público Federal, darão início à operação de 90 dias com a qual o governo espera resolver o problema da institucionalização da violência no Espírito Santo. Em reunião neste dia 18 na sede do Conselho Federal da OAB em Brasília com o Ministro da Justiça, acompanhado pelo secretário Paulo Sérgio Pinheiro, Rubens Approbato e mais 40 representantes de entidades de direitos humanos discutiram a situação da segurança no Estado, a situação da força-tarefa no Espírito Santo, bem como uma estratégia para garantir a integridade física de testemunhas chave contra o crime organizado. Approbato afirmou mais uma vez que “o caminho é requerer a intervenção”. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estuda a possibilidade de apresentar ao Senado representação por crime de responsabilidade contra o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. A sugestão foi dada em reunião do Conselho pelo ex-presidente da OAB Marcelo Lavanère, com o Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, e entidades de direitos humanos, em Brasília, para discutir a questão da segurança no Estado do Espírito Santo. Lavanère acredita que

Brindeiro feriu o artigo 52 da Constituição ao não encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de intervenção federal no Espírito Santo. Os conselheiros também consideraram a possibilidade de alterar a legislação visando permitir que a Comissão de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) possa encaminhar, diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedidos de intervenção. Também estudam consultar entidades como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada a OEA, para verificar a viabilidade de uma pressão externa junto ao governo em casos de violações aos direitos humanos. Os advogados defenderam a implantação imediata da Lei nº 10.144, que transfere para a Justiça Federal os crimes contra direitos humanos. Segundo Lavenère, se ficar provado que o presidente Fernando Henrique Cardoso interferiu na decisão pela não-intervenção, também ele deve ser julgado. Lavenère pediu ainda que o presidente decrete estado de defesa no Espírito Santo, para suprir a lacuna deixada pelo recuo na intervenção. (Jornal do Brasil – Brasil – 13/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 15/07/02; Jornal do Brasil – Brasil – 15/07/02; O Globo – Rio – 15/07/02; Jornal do Brasil – Brasil – 16/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 16/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 16/07/02; O Globo – O País – 16/07/02; Jornal do Brasil – Tempo Real – 18/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 18/07/02; Folha de S.Paulo – Cotidiano – 18/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 19/07/02; Jornal do Brasil – Brasil – 19/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 19/07/02)

#### Governo tenta amenizar crise financeira nas Forças Armadas

Após a divulgação de uma nota oficial do Exército no último dia 11 contendo medidas para reduzir o déficit de verbas na Força, o presidente Fernando Henrique reuniu-se com a equipe econômica para estudar medidas que reduzam a crise financeira nas Forças Armadas. O governo tenta reverter a repercussão negativa dos cortes de R\$ 2,1 bilhões no orçamento do Ministério da Defesa. O encontro tinha como objetivo tentar liberar parte do orçamento de R\$ 2,2 bilhões, contingenciados pelo Ministério do Planejamento, em até R\$ 300 milhões. Segundo o Ministério da Defesa, este foi o segundo corte sofrido pela pasta este ano, provocado por ajustes financeiros nas despesas do governo devido à alta do dólar. De um total de R\$ 5,2 bilhões, a Defesa só teve liberados R\$ 3,1 bilhões. A Força mais afetada foi o Exército, que recebeu pouco mais da metade dos R\$ 1,3 bilhão previstos. Há recursos apenas para cobrir o pagamento do pessoal, juros, encargos financeiros e amortização de dívidas. Marinha e Aeronáutica também encaminharam ao Ministério da Defesa planilhas com cortes em suas atividades. Na Marinha, as principais medidas são a redução em 80% da incorporação para o serviço militar, a suspensão do pagamento do auxílio transporte, alimentação e auxílio pré-escolar, estabelecimento de horários especiais de funcionamento, além da paralisação quase completa dos programas de construção da corveta Barroso e do submarino Tikuna e do programa nuclear. Na Aeronáutica, os cortes afetarão especialmente os gastos com combustível e, conseqüentemente, as horas de voo. Maior e mais prejudicada das três Forças, o Exército anunciou medidas como a liberação de 44 mil dos 57 mil recrutas que só seriam dispensados em novembro, o adiamento da incorporação de novos soldados, redução dos horários de trabalho e a suspensão do pagamento do auxílio-transporte e do auxílio pré-escolar. Além disso, foram suspensas as atividades de apoio à ação do governo que não estejam ligadas às atividades específicas do Exército, bem

como a redução dos efetivos empenhados na guarda do patrimônio público e nas atividades de cerimonial. Apesar da liberação dos R\$ 300 milhões, ainda é grave a situação das Forças Armadas, principalmente em termos de investimento. O Exército contava com R\$ 203 milhões para renovar parte de sua frota de caminhões e para modernizar os velhos blindados fabricados pela Engesa, falida em 1992. A verba continua contingenciada e dificilmente será liberada devido ao ano eleitoral. O especialista em estudos estratégicos Domicio Proença Jr., integrante do Conselho de Notáveis do Ministério da Defesa, considera que a situação das Forças Armadas é reflexo de uma antiga situação: a redução progressiva do orçamento de Defesa. A razão, segundo Proença, é que o país não tem uma política para o setor. Segundo ele, “nos últimos 50 anos perdeu-se de vista a instrumentalidade das Forças Armadas”. Para ele, a penúria não pode chegar ao ponto de que o país se veja impotente para usar a força “em defesa dos seus interesses e em missões de paz e segurança na América do Sul.” Proença afirma ainda que “se houvesse um projeto de Força seria fácil especificar quais as atividades do conjunto das Forças Armadas que deveriam ser preservadas, em caso de necessidade de cortes orçamentários. Em decreto publicado nesta quarta-feira (17), o presidente Fernando Henrique autorizou o Comando do Exército a dispensar 44 mil dos 52 mil recrutas convocados no mês de março para o serviço militar obrigatório. O decreto permite a redução do tempo do serviço militar inicial dos convocados neste ano para um período inferior a 10 meses. Com a medida, o Exército vai economizar em alimentação e remuneração dos recrutas e também na prática de exercícios militares. O horário de expediente será reduzido e a convocação de 18 mil novos recrutas será adiada por dois meses. O Serviço de Comunicação do Ministério da Defesa confirmou ainda que está em estudo a proposta de desativação de unidades do Exército por causa da falta de verbas para manter alguns setores. As Forças Armadas receberam apoio de políticos da oposição: em nota oficial, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo, manifestou sua preocupação com os cortes nos recursos orçamentários impostos às Forças Armadas, especialmente no Exército. Para o deputado, o Brasil, pela sua extensão territorial, necessita da vigilância da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Para ele, “o contingenciamento de recursos pode comprometer, inclusive, a própria missão constitucional das Forças Armadas”. Aldo Rebelo assinou ainda que o governo vem trabalhando para que o Brasil ocupe uma vaga no Conselho de Segurança de ONU, e que o Presidente da República valoriza a presença das Forças Armadas em missões internacionais de paz e de segurança, no que conta com o apoio da Comissão; por isso, o deputado considera a atitude de cortar gastos contraditória e incompreensível, e que “adotará todas as medidas ao seu alcance para limitar os danos causados pelo contingenciamento anunciado e praticado pelas autoridades financeiras do país.” O presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Miguel Arraes, derrubado do governo do Estado de Pernambuco pelos militares em 1964 divulgou uma nota neste dia 12 criticando o governo pela falta de recursos para as Forças Armadas. Para Arraes, “o risco que corre o Exército, assim como as demais Forças, de não mais garantir a soberania é intolerável. A nação não pode ficar sem Forças Armadas capazes de garanti-la”. (Jornal do Brasil – Brasil – 13/07/02; Correio Braziliense – Sucessão – 13/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 13/07/02; O Globo – O País –

13/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 16/07/02; Jornal do Brasil – Tempo Real – 17/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 17/07/02)

### Aeronáutica prepara relatório final sobre compra de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB)

Terminou neste dia 12 a última fase da sabatina dos consórcios que disputam a licitação para o fornecimento de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). Os cinco grupos participantes entregaram à Aeronáutica respostas por escrito a uma bateria de perguntas sobre as propostas de compensação comercial (*offset*) oferecidas ao Brasil. O relatório final, que servirá de base para a escolha do vencedor da concorrência, começa a ser preparado pela Aeronáutica nesta terça-feira (16) a partir das propostas das empresas, e vai seguir uma tabela de pontuação em que ganha mais pontos quem oferece maior transferência de tecnologia. Um resumo de documentos reservados da Aeronáutica mostra que a transferência de tecnologias de equipamentos do caça a ser adquirido poderá garantir que a proposta do consórcio tenha sua pontuação multiplicada por até dez vezes. Na concorrência de US\$ 700 milhões, uma alta pontuação final pode ser decisiva na escolha do vencedor. Entretanto, os oficiais do Comando da Aeronáutica envolvidos na concorrência receberam com desagrado a informação de que o governo vai priorizar a compensação comercial – o pacote *offset* – em prejuízo do critério técnico na escolha dos jatos. No entanto, uma fonte do Palácio do Planalto ponderou que não há interesse em atropelar critérios técnicos. Segundo técnicos do Ministério do Desenvolvimento, o edital de licitação não deverá sofrer modificações nem a concorrência precisará ser suspensa ou refeita. O negócio inicial, de pouco mais de US\$ 700 milhões, cobre uma encomenda de 12 a 24 aviões, as pode chegar rapidamente a US\$ 1 bilhão por meio de contratos adicionais formalizados nos primeiros três anos após a assinatura do acordo. O Programa FX/BR prevê a aquisição de 120 caças até 2010. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior, Sérgio Amaral, afirmou na quarta-feira (17) que a decisão sobre a escolha dos caças supersônicos será a Força Aérea Brasileira. Segundo ele, o ministério está prestando assessoria em questões técnicas oferecidas pelos países cujas empresas disputam a licitação. Disputam a licitação a empresa americana Lockheed Martin, com o caça F-16; o consórcio anglo-sueco Saab/Bae Systems com o Jato Gripen; o franco-brasileiro Dassault/Embraer com o Mirage 2000 BR; o russo Mapo/Mikoyan com o avião MiG 29, e o russo-brasileiro Rosoboronexport/Avibrás, com o Sukhoi Su-35. Neste dia 16 a embaixada dos Estados Unidos em Brasília anunciou que o concorrente americano obteve do governo americano a autorização para a venda de 12 caças F-16 Falcon C/D Bloco 50/52 com 48 mísseis ar-ar AIM 120 Amraam, de médio alcance, capacitados a atingir alvos na faixa dos 50 quilômetros, além do alcance visual. Esse é o diferencial do sistema de combate do próximo avião de superioridade aérea da FAB. A Casa Branca relutava em aprovar o fornecimento desse pacote temendo provocar o desequilíbrio de forças na América do Sul. Após a elaboração do relatório final, a FAB irá repassá-lo ao Ministro da Defesa, Geraldo Quintão. O ministro escolherá com o presidente Fernando Henrique a data da reunião do Conselho de Defesa Nacional que vai decidir o vencedor da licitação; esta reunião só deve ocorrer no próximo mês. (O Estado de S.Paulo – Nacional – 13/07/02; O Globo – O País – 13/07/02; O Globo – O País – 16/07/02; O Estado de S.Paulo

– Nacional – 17/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 18/07/02; Jornal do Brasil – Brasil – 19/07/02)

#### Força-tarefa no Rio de Janeiro não saiu do papel

Após 20 dias de sua formalização, a força-tarefa para combater o crime organizado no Rio de Janeiro ainda não saiu do papel. Os governos federal e estadual não assinaram o convênio de cooperação e a articulação para estabelecer ações conjuntas entre polícias da União e do Estado. O convênio está previsto no decreto da força-tarefa, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e publicado no dia 9 deste mês no *Diário Oficial* da União. Além da questão do convênio, o novo ministro da Justiça, Paulo de Tarso, não nomeou os representantes que pelo decreto integram a força-tarefa: Marinha, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Ministério da Fazenda. O Ministério da Justiça informou no dia 16, por meio de sua assessoria de imprensa, que ao mesmo sem formalização do convênio, a troca de informações entre as corporações Civil, Militar e Federal já está em andamento. (Folha de S.Paulo – Brasil – 17/07/02)

#### Comissão da Anistia indeniza mais 78 pessoas e vai agilizar análise dos processos

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu nesta quinta-feira (18) mais 78 indenizações a pessoas lesadas durante o regime militar instaurado em março de 1964. São 77 cabos da Aeronáutica afastados da corporação por uma portaria do mesmo ano e uma mulher que, na época, era bancária e foi demitida por trabalhar no Movimento Eclesial de Base. Os cabos foram expulsos da corporação em outubro de 1964 por meio de uma portaria. Os nomes dos beneficiados e os valores das indenizações não são divulgados. A comissão estabeleceu novas normas para agilizar a concessão das indenizações: a partir de agora, todas as solicitações com característica iguais a solicitações requeridas e já aprovadas por motivo semelhante serão automaticamente concedidas. (O Globo – O País – 19/07/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de São Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godói, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.